

<http://dx.doi.org/10.26694/pensando.v15i34.5564>

Licenciado sob uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>



## ENSAIO PARA UMA HISTÓRIA DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO NO BRASIL

*Essay for a history of the philosophy of liberation in Brazil*

Daniel Pansarelli  
UFABC

**Resumo:** O presente ensaio esboça uma hipótese interpretativa que tem por objetivo fornecer elementos para a futura construção de uma história da filosofia da libertação no Brasil. Para isso, parte de apontamentos sobre a própria história da filosofia brasileira, considerando-a, sobretudo, em dois momentos: primeiro, no longo período colonial, marcado pelos colégios jesuítas e sua *Ratio Studiorum*; depois, no contexto universitário contemporâneo, a partir do século XX, que ainda se faz vigente. Aborda movimentos filosóficos que, no contexto da ditadura cívico-militar brasileira se dedicaram explicitamente a impedir a difusão da filosofia da libertação em nosso país e, finalmente, apresenta alguns dos principais caminhos percorridos por esta vertente filosófica, desde as primeiras teses produzidas até suas configurações atuais. Na construção do ensaio, são abordadas especialmente as produções acerca da temática realizadas no contexto de programas de pós-graduação em Filosofia no Brasil, buscando assim melhor explicitar a amplitude da presença propriamente filosófica desta vertente de pensamento em nosso meio.

**Palavras-chave:** Filosofia da libertação; Brasil; Filosofia Brasileira

**Abstract:** This essay outlines an interpretive hypothesis aimed at providing elements for the future construction of the history of Philosophy of Liberation in Brazil. It begins with notes on the history of Brazilian philosophy, considering it primarily in two moments: first, during the lengthy colonial period, marked by Jesuit colleges and their *Ratio Studiorum*; then, in the contemporary university context, from the 20th century onwards, which still remains relevant. It discusses philosophical movements that, within the context of the Brazilian civic-military dictatorship, explicitly dedicated themselves to hindering the spread of Philosophy of Liberation in our country, and finally, it presents some of the main paths taken by this philosophical strand, from its earliest theses to its current configurations. In constructing the essay, specific productions on the theme within the context of graduate programs in Philosophy in Brazil are addressed, thus seeking to better elucidate the breadth of the properly philosophical presence of this line of thought in our midst.

**Keywords:** Philosophy of Liberation; Brazil; Brazilian Philosophy

### Introdução

É difícil delimitar com precisão quando teve início a filosofia da libertação. Com alguma frequência encontramos quem aponte os escritos de Bartolomé de Las Casas como primeiro marco histórico desta corrente, indicando que sua defesa do direito à vida e à liberdade dos povos originários já seria uma expressão filosófica de libertação. Por outro lado, também se afirma que sua atuação não era propriamente parte de um movimento ou escola filosófica, o que impediria de considerá-lo como precursor desta corrente.

Durante o século XX, todavia, os movimentos de libertação eclodiram pela América Latina. A situação política do continente, todo assolado por ditaduras militares ou cívico-militares, constituiu terreno fértil para que a produção teórica em diversas áreas do saber se dedicasse a um exercício de práxis, com a tematização crítica da opressão e, conseqüentemente, com a afirmação da libertação. Assim tiveram lugar a Pedagogia do Oprimido, a Teoria da Dependência e afins. Considerando a questão dentro deste contexto, é consensual entre pesquisadoras e pesquisadores da matéria que o marco inicial da filosofia da libertação é a célebre controversa entre Augusto Salazar Bondy e Leopoldo Zea, nos anos 1969-1970, com rápida repercussão por todo o continente hispano-americano.

Ainda tardou sensivelmente a entrada da filosofia da libertação no Brasil. As primeiras pesquisas sobre o tema começaram a surgir, em programas de pós-graduação em Filosofia, apenas em meados dos anos 1980, passando por um lento processo de difusão. Mesmo assim, nas quatro décadas transcorridas desde então, a corrente filosófica é hoje amplamente consolidada no país, contando com uma gama sólida de publicações anuais, pesquisas realizadas em programas de doutorado e mestrado, associações nacionais e internacionais além da presença na própria Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – ANPOF.

Este ensaio busca oferecer uma hipótese interpretativa para a futura reconstrução da história da filosofia da libertação no Brasil. Não se trata de fazer aqui a própria história, mas, antes, de um exercício hermenêutico que permita identificar algumas bases estruturantes sobre as quais essa história foi sendo construída. Para isso, serão feitos apontamentos, igualmente interpretativos, acerca da constituição da história da filosofia (em geral) no país, os quais serão seguidos de registros específicos sobre o início e o desenvolvimento da filosofia da libertação entre nós. A expectativa é que tais apontamentos e registros possam servir como uma contribuição àqueles e àquelas que se aventurem, a seguir, na construção de textos propriamente históricos sobre a presença desta corrente filosófica latino-americana especificamente em nosso país.

### **Delimitação conceitual e temática**

Ao começar este exercício hermenêutico, que é a proposição de uma determinada leitura da história da filosofia da libertação no Brasil, apresento desde logo a delimitação conceitual e temática que estabeleço. Uma delimitação, em verdade, que não costumo adotar em outras produções intelectuais, qual seja, a de incluir no recorte apenas autoras e autores que produziram sua obra prioritariamente no campo próprio da Filosofia. Faço essa ressalva por entender, como adepto da interdisciplinaridade, que há inúmeras vantagens em se permitir avaliar a produção intelectual de alguém mais em função do valor que ela tenha na resolução de determinados problemas que se proponha a pesquisar, do que pela rotulação do campo temático em que ela prioritariamente se enquadra. Mas neste ensaio, em que busco propor uma leitura histórica especificamente da filosofia da libertação no Brasil, parece prudente fazer esse recorte de forma mais enfática, trabalhando exclusivamente com pensadoras e pensadores da Filosofia. Afinal, se expandisse para o campo da educação libertadora ou para o conjunto do pensamento social brasileiro no geral, encontraríamos um amplo universo de intelectuais, muito maior do que o universo restrito de filósofos, inviabilizando assim a nossa empreitada.

O fato é que a Filosofia ainda não tem presença tão robusta quanto essas outras áreas, quando buscamos por produções que visam a refletir intelectualmente questões propriamente pertinentes à história e à sociedade brasileiras. Produções que tomem como problema intelectual – filosófico, no nosso caso – as mazelas ou mesmo as potencialidades que são tão características do *povo brasileiro* – e aqui temos outro conceito complexo e de difícil delimitação.

Assim, restringi no presente ensaio aquilo que, com alguma dificuldade, eu vou chamar de estritamente filosófico. Não incluirei neste texto, por exemplo, o pensamento de Paulo Freire<sup>1</sup>, mas o faço explicitando que isso não significa que eu não reconheça a dimensão profundamente filosófica que há em sua obra. É, todavia, uma obra prioritariamente pertinente a outro campo do saber. Trata-se, assim, de uma opção metodológica para este ensaio, de se deter em obras prioritariamente no campo da Filosofia.

### Colonialidade e neocolonialidade filosóficas no Brasil

Feita essa delimitação, proponho brevemente uma espécie de leitura interpretativa que faço do conjunto da história da filosofia no Brasil, não só da filosofia da libertação. A ideia é não alongar essa análise, já publicada em outros lugares<sup>2</sup>, para poder dedicar maior atenção àquela que constitui nosso interesse específico, a filosofia da libertação.

Nos últimos anos, desenvolvi uma leitura segundo a qual, ao longo da história do Brasil, nós tivemos o que chamo de dois grandes paradigmas do fazer filosofia. O primeiro deles, trazido ao Brasil desde o início da nossa colonização pelos portugueses, em torno de 1550, com o início da implantação dos colégios jesuítas. Trata-se explicitamente do paradigma introduzido pela Companhia de Jesus, o paradigma jesuíta, e que vigeu no país até em torno de 1759, ocasião em que se deu a reforma da educação do Marquês de Pombal. Somam-se aí duzentos anos em que o fazer filosófico no Brasil esteve determinado por um modelo único, um modelo que não tolerava leituras diferentes. Não havia espaço para a divergência, nem tampouco para a crítica.

Existe um documento muito elucidativo desse período, que é o *Ratio Studiorum*, uma espécie de cartilha que versava como se deveria ensinar e o quê se deveria ensinar. Ele trata não apenas do ensino de filosofia, mas do ensino nos colégios jesuítas como um todo. O tom e a intenção do documento se explicitam em seus títulos, que são sempre expressos como regras: *Regras do reitor*, *Regras do professor de Sagradas Escrituras* etc. Nas *Regras do professor de filosofia*, podem-se ler orientações tais como: “Em questões de alguma importância, não se afaste de Aristóteles, a menos que se trate de doutrina oposta à unanimemente recebida pelas escolas ou, mais ainda, em contradição com a verdadeira fé.” Ou, ainda: “De Santo Tomás, fale sempre com respeito; seguindo-o de boa vontade todas as vezes que for possível, dele divergindo, com pesar e reverência, quando não for plausível sua opinião”<sup>3</sup>.

Não se trata aqui de buscar fazer uma leitura aprofundada do *Ratio*<sup>4</sup>, mas apenas explicitar o tipo de formação filosófica que vigeu com exclusividade no Brasil por mais de duzentos anos de nossa história. Se considerarmos apenas a história do nosso país em sua fase atual, após o início da colonização europeia, significa compreender que, desde o início das primeiras estruturas acadêmicas, durante pouco menos da metade dos séculos transcorridos tivemos o fazer filosófico absolutamente tutelado por esse modelo paradigmático alienado. Alienado de todos os seus possíveis interlocutores: era um modelo que não estabelecia diálogos com a produção filosófica europeia, que no século XVIII já se encaminhava para a Revolução Francesa, para a Revolução Industrial –

<sup>1</sup> De fato, alguém apenas a título de exemplificação, a menção nominal a Paulo Freire não deixa de ser um reconhecimento e deferência à grandeza filosófica de sua obra.

<sup>2</sup> Ver PANSARELLI, D. “A crise na filosofia brasileira contemporânea e suas origens”. In: PANSARELLI, D. et al. *Gênero, psicanálise, filosofia latino-americana e pensamento descolonial*. São Paulo: ANPOF, 2019. E ainda “A originalidade brasileira e nossa filosofia”. In: ZAMBAM, N.; PANSARELLI, D. *Democracia, tolerância e direito das culturas na América Latina*. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2017.

<sup>3</sup> Uma edição integral do *Ratio Studiorum*, tal como estabelecido em sua edição de 1599, pode ser acessada na página do Centro de Estudos de Filosofia Brasileira – CEFIB/UFRJ. Disponível em: <https://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com/2013/02/ratio-studiorum.html> (último acesso 08/03/2024).

<sup>4</sup> Sobre isso, ver, por exemplo: CERQUEIRA, L. A. (org.). *Aristotelismo e antiaristotelismo*. Rio de Janeiro: Ed. Agora da Ilha, 2000.

enquanto o Iluminismo europeu já estava posto e se espalhava por diversas partes daquele continente, seguíamos no Brasil com a máxima que nos obrigava a “não nos afastar de Aristóteles, nem de Tomás”. Ainda, aquele modelo que perdurava na filosofia brasileira, não dialogava com os outros campos da produção do conhecimento no Brasil, nos quais já se verificava algum grau de avanço científico e tecnológico – ainda que fosse para garantia dos direitos de casta (direito), para a mineração do ouro ou para a extração das riquezas (engenharia), essas tecnologias já usavam outras epistemologias, outros paradigmas filosóficos em sua própria concepção. Por fim, aquela filosofia que ainda era produzida no Brasil não dialogava mais com a própria sociedade brasileira, que já estava avançando em termos de organização e estruturação, para além do modelo estritamente eclesiástico que lhe era característico.

Tratou-se, então, de um modelo que isolou a filosofia. De certa maneira, fez parecer natural no Brasil que a filosofia seja algo isolado das demais ciências, do restante da produção filosófica mundial e da própria sociedade. Minha hipótese interpretativa é que esta seja a origem de uma concepção de filosofia alienada, naturalizada por séculos entre nós. Foi o primeiro estado de sítio<sup>5</sup> em que a filosofia no Brasil foi confinada, e é o primeiro grande paradigma.

Como se pode imaginar, uma característica necessária a esse modelo filosófico foi a distorção. Foi necessário um grande exercício para que, já às vésperas dos anos 1800, não nos afastássemos de Aristóteles e do neotomismo. Era premente distorcermos a leitura que fazíamos da filosofia, pois era uma filosofia que não cabia mais na sociedade, nas ciências então praticadas e mesmo no conjunto filosófico maior da época. É plausível inclusive reputar a esse período certo vício de ler de maneira distorcida o texto filosófico que alguns setores da comunidade eventualmente ainda mantém, certa falta de preocupação ainda persistente com o rigor necessário à leitura filosófica.

O segundo paradigma, o segundo modelo que surge com tanta força no cenário histórico da filosofia no Brasil é o modelo instalado com a chegada da universidade contemporânea, a partir da instalação da Universidade de São Paulo, na década de 1930<sup>6</sup>. É um modelo que se espalha para o restante do país, sobretudo a partir dos anos 1960 e 70, por ocasião da consolidação de uma rede federal de universidades, seguida de uma rede de pós-graduação no Brasil. Na prática, quando se espalha pelos estados brasileiros a formação de intelectuais em nível de pós-graduação, também se difunde este modelo universitário que começa a ser forjado nos anos 1930.

Este segundo modelo tem como característica uma confusão fundamental: ele confunde a leitura da filosofia com a produção de filosofia. É um modelo que se contenta com fazer a leitura pormenorizada do conteúdo, do texto filosófico, ainda que isso não gere a produção de novos conhecimentos filosóficos – gera, eventualmente e no máximo, comentários ou releituras da história da filosofia.

Novamente, não se trata aqui de aprofundar a análise deste paradigma, visto ser o mais comumente praticado e mesmo teoricamente defendido em nossa comunidade filosófica atual<sup>7</sup>. Para as finalidades deste ensaio, o mais relevante é caracterizar, no contexto de minha hipótese interpretativa, que estes são, ao longo da

<sup>5</sup> Sobre a noção de *filosofia sitiada*, ver: PIZA, S.; PANSARELLI, D. “Por uma filosofia da insurgência”. In: MAIA, A. *Democracia no século XXI*. São Paulo: ANPOF, 2019.

<sup>6</sup> É sabido que a Universidade de São Paulo não foi a primeira instituição universitária brasileira constituída nos moldes contemporâneos. A referência específica a ela é feita por ter sido aquela que se constituiu como modelo paradigmático, que anos depois passou a ser perseguido por diversas outras universidades. O mesmo movimento ocorreu de forma bastante enfática especificamente no meio filosófico.

<sup>7</sup> A título de ilustração, veja-se, por exemplo, a Conferência de Encerramento do Encontro Nacional da ANPOF 2012, proferida por Marilena Chauí, sob o título *Fazer história da filosofia*. Ou, ainda, dentre muitos outros, o artigo *História da filosofia, formação e compromisso*, de Franklin Leopoldo e Silva (Trans/formação (25) 1, 2002).

nossa história, os dois modelos hegemônicos de se fazer filosofia, os quais tiveram força paradigmática.

É interessante observar que nenhum desses dois modelos se tornou paradigma, ou seja, ganhou força suficiente para se espalhar pela totalidade do território nacional, por competência filosófica. Em ambos os casos, eles se tornaram modelos paradigmáticos em função da força econômica e política de quem os patrocinava. Primeiro, a Companhia de Jesus, com sua força inquisidora. No segundo paradigma, a burguesia paulista, sobretudo, a partir da desproporcional capacidade de financiamento empregado na constituição da Universidade de São Paulo, tornando-a capaz de produzir filósofos e filósofas paradigmaticamente formados e em quantidade suficiente para assumir, especialmente a partir da década de 1970, os postos de liderança em programas de pós-graduação criados em todo o território nacional.

### Hiatos de poder e ocupação filosófica

A despeito da presença de modelos paradigmáticos, com pretensão de serem inscritos como formas únicas do filosofar, entendo que ao longo de nossa história passada e presente há ocorrências do que chamo de hiatos. Espaços e momentos não ocupados pelo fazer filosófico hegemônico que, em minha leitura, inquietam estudantes de filosofia desde há muito tempo. São estudantes que chegam às universidades buscando fazer a leitura da filosofia porque estão incomodados com algum aspecto da realidade social vivida, porque estão incomodadas com alguma injustiça, com alguma questão estética etc., e tem o seu fazer filosófico doutrinado à mera leitura, repetição e reprodução de conteúdos. Entendo, inclusive, que vivemos atualmente um destes grandes hiatos, em que o paradigma ainda vigente não é capaz de responder às demandas trazidas, sobretudo, pelos jovens praticantes da filosofia. O segundo paradigma, esse paradigma universitário tradicional, já não suporta as questões que lhe são impostas, foi e continua sendo provocado o bastante para que se tenha podido explicitar os sinais claros de sua insuficiência.

Mas movimentos semelhantes ocorreram também em momentos passados. Grupos organizados souberam ao longo da história ocupar esses hiatos, esses espaços vagos, descobertos pelos grandes paradigmas. A título de exemplificação, mencionarei dois, por motivos diferentes. O primeiro é a *Escola do Recife*, cuja atuação dos filósofos – eu gostaria de escrever aqui filósofos e filósofas, mas infelizmente foram apenas filósofos naquele momento – foi determinante para a construção teórica da nossa ideia de República, ao final do período imperial de nosso passado colonial. A presença de elementos positivistas como uma das bases constitutivas da forma de organizar a sociedade brasileira é resultante direto da influência de filósofos que estavam atuando, produzindo filosofia a seu modo e interessados em produzi-la em estrito diálogo com a realidade brasileira. Não se trata aqui de julgar se foi acertada ou não a escolha pelo Positivismo feita naquele momento, mas apenas de exemplificar a força que pode ter a articulação filosófica bem feita com as necessidades circunstanciais históricas do país. Dito de maneira direta: a marca positivista ainda presente na forma de organização da sociedade brasileira contemporânea é resultado direto da atuação de filósofos na construção do ideário nacional.

Um segundo movimento que soube aproveitar bem este hiato é aquele que ficou conhecido como *Culturalista* – não estou certo se esse é o melhor termo – sobretudo liderado por Miguel Reale e, depois, por Antônio Paim, no século passado. Um movimento que cria o Instituto Brasileiro de Filosofia como um órgão profundamente vinculado, restrito à história da filosofia, mas que se arroga, sobretudo por meio de uma articulação com a imprensa da época, o papel de uma espécie de guardião da filosofia no Brasil. Guardiã em um sentido específico: contrários à atuação de produtores ou articuladores de novas ideias no conjunto das áreas constitutivas da filosofia, optam por assumir a tarefa de guarda-livros, de zeladores do conhecimento já produzido e cuja função principal era sistematizar o que expressaram os pensadores do Brasil e de

Portugal. Para eles, o espaço de criatividade filosófica seria restrito ao espaço de produzir formas inéditas de articulação das ideias já expressas. De certa forma, seria compreender a história da filosofia como a única disciplina à qual filósofos e filósofas poderiam se dedicar.

Importante observar que o *Culturalismo*, para encontrar algum espaço de destaque em meio ao paradigma filosófico vigente, valeu-se justamente do hiato de poder ocasionado pela censura imposta pela ditadura cívico-militar brasileira, apresentando-se como uma alternativa filosófica inofensiva: conservadora, não afeita à crítica e que circunscrevia a prática filosófica estritamente aos seus aspectos históricos. Paradoxalmente, era um movimento profundamente ligado ao modelo sócio-político ditatorial que vigia em nosso país, e que pregava que a filosofia não deveria pautar problemas oriundos da realidade social em que se inseria. Seria um contrassenso, não fosse uma estratégia política de uso da filosofia. É o próprio Paim a escrever que o Instituto Brasileiro de Filosofia, fundado e à época dirigido por Miguel Reale “impediu a penetração no Brasil da denominada filosofia da libertação, que circula em outros países latino-americanos, sob o bafejo de importantes personalidades”<sup>8</sup>. Anos depois, ainda escreveria Paim, sobre o mesmo processo: “acabamos barrando o ingresso no Brasil da chamada ‘filosofia da libertação’, que foi a forma encontrada pelos padres católicos para mascarar sua adesão ao marxismo em vários países da América Latina”<sup>9</sup>.

Com estes dois exemplos, espero ilustrar apenas a ocorrência dos hiatos, como os chamei, indicando também que estas fissuras nos paradigmas ocasionam espaço de criatividade filosófica, momentos em que a produção filosófica encontra espaço para dialogar mais diretamente com a realidade contextual histórica do país. Entendo que a filosofia da libertação se faz, também, como um destes espaços, conforme procurarei demonstrar mais adiante.

### **Persistência e consolidação da filosofia da libertação no Brasil**

A despeito dos esforços históricos patrocinados pelo regime ditatorial brasileiro terem sido registrados e celebrados no passado, o fato é que a filosofia da libertação no Brasil persiste e nos últimos anos tem ganhado ampla adesão. Para demonstrar isso, entrando finalmente na temática específica deste ensaio, começo explicitando o campo que estou circunscrevendo, ou seja, propondo alguns delimitadores que caracterizem a peculiaridade do Brasil na relação com a filosofia da libertação, seja em relação às demais produções filosóficas brasileiras, seja, principalmente, em relação àquela praticada em nossos países vizinhos.

São ainda escassos os esforços de sistematização específica sobre a filosofia da libertação no Brasil. Há diversos trabalhos que tratam de aspectos específicos, de alguns autores, autoras e obras selecionadas, de temas variados, mas são poucos os produtos que proponham uma espécie de reconstrução desta história como um todo. Há, por outro lado, amplo material que trata da produção de história da filosofia da libertação, inclusive produzido no Brasil, mas não com recorte específico brasileiro. Como registro histórico, menciono, por exemplo, a *Revista Libertação-Liberación – nova fase*, publicada pelo Instituto de Filosofia da Libertação (IFiL) no início dos anos 2000. O primeiro volume desta nova fase é aberto por um artigo de Jesus Eurico Regina, intitulado *Filosofia Latino-americana*, que sintetiza a importante controvérsia entre Salazar Bondy e Leopoldo Zea nos anos 1960, mas que não passa pela especificidade da produção brasileira; depois, no mesmo volume, encontramos um longo artigo de Euclides Mance, que reconstrói criticamente e propõe várias leituras sobre as filosofias da libertação, intitulado *Uma introdução conceitual às filosofias da libertação*, mas que igualmente não entra mais a fundo na especificidade brasileira.

<sup>8</sup> PAIM, A. *Liberdade acadêmica e opção totalitária*: um debate memorável. Rio de Janeiro: Artenova, 1979, p. 11.

<sup>9</sup> PAIM, A. *Os intérpretes da filosofia brasileira*. 2.ed. Londrina: Editora UEL, 1999, p. XIII.

Euclides Mance é justamente o autor que mais deu contribuições nesse campo, de produzir *desde* o Brasil, uma sistematização da filosofia da libertação. Em sua ampla produção intelectual, que abarca diversos temas específicos em perspectivas de libertação, destaque, em relação à nossa temática, seu capítulo sobre “O pensamento filosófico Brasileiro”, inserido na coletânea *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y “latino” (1300-2000)*, organizada por Enrique Dussel, Eduardo Mendieta e Carmen Bohórquez<sup>10</sup>. Note-se, neste caso, que o texto faz um sobrevoo contextual sobre a filosofia no Brasil, mas, conforme a proposta dos organizadores, sem um recorte específico da filosofia da libertação. Anos depois, Mance oferece ao público seu livro *Filosofia da libertação: histórico, vertentes, críticas e perspectivas*<sup>11</sup>, em uma abordagem densa sobre o assunto. Nesta obra, a presença de autoras e autores brasileiros ligados às temáticas da libertação é muito mais notória, mas, ainda assim, observo que no capítulo sobre “Filosofias latino-americanas de libertação” encontram-se referências, sobretudo, ao tema no contexto argentino (“A filosofia da libertação na Argentina”), ficando restrita a abordagem sistemática do assunto no contexto brasileiro – o que, provavelmente, se deve à ainda tímida e muito recente produção brasileira sobre libertação em campos estritamente filosóficos.

A menção a estas importantes obras de referência, que tanto ajudam a pesquisadores e pesquisadoras na compreensão mais sistematizada da filosofia da libertação latino-americana, tem por objetivo justamente ilustrar a ausência ainda vigente de sistematizações semelhantes no tocante a autores e autoras brasileiras. Buscando trazer alguns elementos para a construção deste *mosaico brasileiro da filosofia da libertação*, começo fazendo um recorte estritamente acadêmico, ou seja, trazendo autoras e autores que fizeram e fazem sua produção filosófica desde as universidades ou em diálogo direto com elas. Isso não significa, em absoluto, entender que apenas nos espaços acadêmicos se produza filosofia<sup>12</sup>. Essa estratégia parte de um entendimento segundo o qual a filosofia que sai das universidades é aquela que mais repercute no Brasil. Mesmo aqueles e aquelas pensadoras que têm atuação mais notadamente midiática, falando com frequência para o amplo público, tiveram suas carreiras consolidadas nas universidades. Assim, é a filosofia produzida nas universidades brasileiras aquela que tem influenciado de forma mais sensível os grupos de intelectuais, produtores culturais, lideranças sociais etc. E é um fato que temos filólogas e filósofos que, estando na academia e produzindo filosofia da libertação, têm se esforçado nas últimas décadas para estabelecer um diálogo, que precisa ser intenso, entre filosofia acadêmica e sociedade brasileira.

As primeiras pesquisas acadêmicas que temos notícia, que trataram de temáticas relacionadas à filosofia da libertação, datam dos anos 1970, e foram produzidas em programas de pós-graduação de áreas correlatas à Filosofia. É o caso, por exemplo, das dissertações de Alípio Casali e de Benedito Eliseu Cintra, ambos da PUC de São Paulo. Estes, assim como outros pesquisadores de grande relevância para a temática, tais como Hugo Assmann ou Roque Zimmermann, construíram suas carreiras acadêmicas em outras áreas, que não a Filosofia, motivo pelo qual não os abordarei de maneira mais enfática. Fica registrada sua inegável colaboração ao desenvolvimento do campo da filosofia da libertação no Brasil. Mas a menção a estes autores traz outra

<sup>10</sup> Trata-se de uma obra de referência, totalizando 1.111 páginas. Foi publicada pela Editora Siglo XXI, México, 2009. Dentre muitos filósofos e filólogas brasileiras mencionadas na obra, são poucas as referências a autores que produzem sua obra no campo específico da filosofia da libertação, como são os casos do próprio Euclides Mance e de Celso Ludwig, tratados por Domênico Costella no capítulo “Filósofos de Brasil”, da mesma obra.

<sup>11</sup> Trata-se de uma obra de referência, totalizando 758 páginas, publicada pela Editora Conhecer, Passo Fundo, 2022.

<sup>12</sup> Observe-se, por exemplo, que o V Congresso Brasileiro de Filosofia da Libertação, ocorrido conjuntamente ao II Encontro Internacional de Filosofia Africana, foi realizado no Kilombo Tenondé, em Valença-BA, de 19 a 21 de setembro de 2017, reunindo pesquisadoras e pesquisadores acadêmicos brasileiros e internacionais, bem como mestres da cultura popular regional e nacional.

informação que é relevante para nosso ensaio. A primeira geração que se doutorou estudando filosofia da libertação, e que logo em seguida começou a formar novos graduados, mestres e doutores que viriam a ampliar o número de estudiosos da temática, está distante de nós apenas poucas décadas. Buscando uma referência de ancestralidade<sup>13</sup> na formação das e dos atuais pesquisadores, temos a facilidade de voltar apenas cinco décadas e, talvez, encontrar a referência a menos de uma dezena de primeiros orientadores da temática, responsáveis por formar a quase totalidade das pessoas que hoje se dedicam ao assunto.

Dentre os pesquisadores que orientavam teses e dissertações sobre a filosofia da libertação, em programas de pós-graduação em Filosofia, as primeiras referências que encontrei datam dos anos 1980. Na ocasião, havia dois núcleos formadores<sup>14</sup> muito relevantes para a temática, respectivamente nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Primeiro, no Rio de Janeiro, o professor José Sotero Caio, da UFRJ, que estudou com o professor Olímpio Pegoraro, acaba abrindo espaço para pesquisas sobre filosofia latino-americana em geral, incluindo aí as pesquisas sobre filosofia da libertação. Neste núcleo formam-se, por exemplo, Antônio Rufino, em 1986, com uma tese de doutorado especificamente sobre a filosofia de Enrique Dussel, retornando posteriormente para o estado da Paraíba onde, na UFPB, também forma um núcleo histórico e muito relevante, que se expandiu posteriormente para outros estados da Região Nordeste. No mesmo grupo abraçado por Sotero Caio, forma-se Cecília Pires, com uma tese sobre o pensamento filosófico desenvolvimentista de Álvaro Vieira Pinto, retornando posteriormente para a Unisinos, no Rio Grande do Sul, dando imensa contribuição para a construção deste campo de pesquisa.

Nos mesmos anos 1980, o segundo núcleo de estudos, formado na PUC do Rio Grande do Sul, em torno de Sírio Lopez Velasco, também permitiu a formação e, depois, o acolhimento de pesquisadoras e pesquisadores já formados, ajudando a difundir o pensamento filosófico de libertação para outros cantos do Brasil. A título de exemplificação, ali estudaram o José Luiz Ames, que posteriormente tornou-se professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná; e o Jesus Eurico Regina, que se estabelece no Mato Grosso do Sul e ajuda a formar o Centro de Estudos e de Pesquisas de Filosofia Latino-americana (CEFIL), uma entidade que cumpriu um papel histórico importante no impulsionamento deste pensamento em várias partes do território brasileiro<sup>15</sup>.

A partir de então, é na Região Sul do país parece ter se desenvolvido de maneira mais consistente a próxima geração de pesquisadoras e pesquisadores que se dedicaram, em cursos de filosofia, aos estudos sobre filosofia da libertação. Se na UFRJ, depois de Sotero Caio, ninguém ocupou de maneira mais explícita um espaço que permitisse receber orientandas e orientandos que se dedicassem à pesquisa do tema, na Região Sul em geral, e especialmente no estado do Rio Grande do Sul, o assunto permaneceu em pauta, seja na PUC-RS, na Unisinos ou em outras instituições, inclusive comunitárias, que constituem o cenário universitário característico local. Somam-se aí nomes de primeira relevância para a constituição de uma tradição latino-americana da Filosofia, como Antonio Sidekum, Neusa Vaz e Silva, Magali Mendes e tantas outras pessoas. Sidekum, além de pesquisar e orientar sobre o assunto, criou e manteve por

<sup>13</sup> Na tradição filosófica ocidental, seria mais comum utilizar a categoria *genealogia* para tratar dessa questão. Considero, todavia, que uma adaptação da noção de *ancestralidade*, tal como descrita por Eduardo Oliveira, traz para o presente, sendo ainda vivas no presente, as contribuições intelectuais produzidas por pessoas do passado. Sobre este assunto ver sua obra *Filosofia da ancestralidade* (Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2021).

<sup>14</sup> É metodológica a opção por trabalhar principalmente com núcleos formadores, e não com pesquisadores individuais, como meio de reforçar a ideia de produções coletivas e participativas, no campo da filosofia da libertação.

<sup>15</sup> É relevante observar que tanto José Luiz Ames quanto Jesus Eurico Regina fizeram no mestrado pesquisas sobre filosofia da libertação, mas não puderam seguir estudando a temática durante o doutorado, por censura ideológica dos programas nos quais pretendiam se afiliar. No caso de Regina, inclusive, já possuía documentos autorizativos para realizar parte de sua pesquisa no México, mas não obteve aceite por parte de órgãos de fomento, explicitamente recusando a temática.



anos a Editora Nova Harmonia, responsável por um amplo catálogo de publicações sobre filosofia intercultural e latino-americana. Neusa Vaz e Silva e Magali Mendes, por sua vez, são duas das pessoas mais diretamente responsáveis pela criação e manutenção da seção brasileira da Associação Sul-americana de Filosofia e Teologia Interculturais (ASAFTI).

Minha hipótese interpretativa desta vertente da nossa história é que a Região Sul conseguiu permanecer parcialmente livre das influências daquele que eu chamei anteriormente por *segundo paradigma* da filosofia no Brasil. E entendo que um dos elementos que respaldou essa parcial independência é justamente a proximidade e o diálogo mais intenso que mantém principalmente com argentinos, uruguaios e chilenos. Ou seja, o estabelecimento de um diálogo intercultural que se deu de maneira mais firme na Região Sul do país, produziu uma espécie de *blindagem* parcial ao paradigma que se espalhava fortemente pelo Brasil, o que permitiu que a produção filosófica nos programas de pós-graduação daquela região fosse menos sujeita à doutrinação pelo padrão nacionalmente estabelecido. Nesse sentido, a Região Sul se constituiu um capítulo à parte na história da filosofia da libertação no Brasil, mas sem perder, em hipótese alguma, a conexão com o cenário nacional.

O fato é que a partir destes dois núcleos iniciais, a discussão temática filosófica sobre a libertação vai ganhando paulatinamente maior espaço nos cursos de pós-graduação e de graduação específicos em Filosofia. Mas, como é muito usual na academia, é bastante moroso o processo de abertura de espaço nas universidades para criação de grupos formais de pesquisa, de disciplinas ou linhas temáticas. Como estratégia para reunião de pesquisadores, passaram a ser criados centros, institutos, associações ou outras formas de agrupamento de interessados, sempre com forte presença de professoras, professores e estudantes universitários, mesmo nos casos em que não houvesse vinculação formal com a instituição acadêmica de referência. Assim surgiu, primeiro, o já mencionado CEFIL, no Mato Grosso do Sul. Em diálogo com ele, surgiu também o Instituto de Filosofia da Libertação (IFiL), em Curitiba. Experiências que foram se espalhando numa rede formativa que gerou muitos outros grupos, dentre os quais, apenas a título de exemplificação, o Núcleo de Estudos sobre Filosofia Latino-americana (NEFILAM), em São Paulo.

Ainda como importante desdobramento rumo à maior aproximação destes grupos e pesquisadores com a academia, surgiu em 1998 o primeiro Grupo de Trabalho da ANPOF destinado à temática, a saber, o GT Ética e Cidadania. Importante registrar que houve a tentativa, por parte dos criadores do Grupo, de registrá-lo com o nome Filosofia da Libertação, o que não foi aceito pela então diretoria da Associação – que tampouco divulgava de forma objetiva quais eram os critérios e regras para constituição de um novo GT. Com o passar dos anos, este GT foi ganhando outros contornos, recebendo outras temáticas alinhadas com uma perspectiva politicamente progressista da Filosofia, mas até hoje mantém um núcleo de pessoas que lidam com pensamentos latino-americanos, ao lado de outros que figuram mais amplamente ali. Somente após um longo período, no XVIII Encontro Nacional da ANPOF, realizado no Espírito Santo em 2018, foi finalmente criado um GT com temática especificamente voltada para a filosofia da libertação. Naquele momento as regras para criação de novos grupos de trabalho estavam devidamente publicadas pela Associação, e previam como necessidade a existência de, ao menos, cinco pesquisadoras ou pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação em Filosofia, representantes de ao menos três regiões geográficas do país. O Grupo foi constituído por um *núcleo de sustentação* que atendia às regras estabelecidas e contava, adicionalmente, com um amplo grupo e outros membros permanentes. Em assembleia realizada ainda durante o Encontro da ANPOF, foi deliberado que o grupo adotaria a denominação *GT Filosofia da Libertação, Latino-americana e Africana*, que permanece até hoje.

## Os Congressos Brasileiros de Filosofia da Libertação

Ainda antes da formação do *GT Filosofia da Libertação, Latino-americana e Africana*, da ANPOF, outra iniciativa foi marcante para a maior difusão da filosofia da libertação no Brasil e, conseqüentemente, para viabilizar a reunião acadêmica de pesquisadoras e pesquisadores interessados na temática. Daqueles núcleos iniciais de pesquisadores e das associações, institutos e afins, mencionados anteriormente, surgiu um pequeno grupo de docentes e estudantes que deram origem a uma série de eventos marcantes dessa história, a saber, o *Congresso Brasileiro de Filosofia da Libertação*.

No ano de 2013, utilizando-se de uma ampla rede de endereços eletrônicos então cadastrados pelo IFIL, começou a ganhar corpo a realização de um evento de porte nacional (que tornou-se internacional já em sua primeira edição) para tratar da temática. Foi surpreendente a adesão de pessoas interessadas em participar, sobretudo na condição de ouvintes, para passar a integrar redes de estudos e pesquisas na área. O primeiro Congresso ocorreu na cidade de São Paulo, contando com um apoio logístico e operacional da Faculdade Paulus de Comunicação (Fapcom) e da Associação de Professores de Filosofia e Filósofos do Estado de São Paulo (Aproffesp), de modo que as atividades puderam atingir uma quantidade expressiva – na casa de quatro centenas – de professoras e professores de educação básica que lecionavam Filosofia e disciplinas afins nas escolas estaduais paulistas. Também impulsionou muitíssimo a realização do evento o fato de Enrique Dussel ter manifestado interesse em participar, o que efetivamente ocorreu (de forma presencial, visto que à época não eram comuns, ainda, as teleconferências).

Um importante registro autocrítico deste encontro foi o fato de, na primeira versão da programação, terem figurado apenas nomes de homens nas conferências e mesas de debate. Aquela programação provisória foi prontamente criticada pelas pesquisadoras do grupo, de modo a garantir alguma presença feminina – que foi reconhecidamente insuficiente na ocasião, servindo sobretudo como aprendizado para que o erro não voltasse a ocorrer nas edições futuras.

Era tamanha a necessidade de oferecer espaços de interlocução às e aos pesquisadores e estudantes da temática que, no início, decidiu-se realizar anualmente o Congresso. A segunda edição, em 2014, teve lugar em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo duas marcas bastante destacadas: a assunção definitiva do caráter internacional do encontro, passando a contar com uma quantidade mais significativa de convidados estrangeiros, oriundos de distintas nações do nosso continente – inclusive nações indígenas; e a presença mais marcante da filosofia intercultural como uma das vertentes constitutivas do grupo. É fato que já no primeiro Congresso verificou-se a presença da filosofia intercultural, mas esse foi o tom mais acentuado na edição porto-alegrense do evento, reforçando o diálogo efetivo entre ambas as manifestações filosóficas latino-americanas.

Na sequência, foram realizados em 2015 o terceiro Congresso, nas dependências da Universidade Federal da Bahia, em Salvador; e em 2016, retornando a São Paulo, no Campus São Bernardo do Campo da Universidade Federal do ABC. Em seu conjunto, ambas as edições marcaram outra importantíssima aproximação temática, que passou a permear de forma muito enfática a produção da filosofia da libertação no Brasil, qual seja, a forte presença do pensamento diaspórico africano-brasileiro. A presença do grupo de pesquisa *Rede Africanidades*, sob liderança de Eduardo Oliveira, no apoio à organização do evento realizado em Salvador e a posterior participação massiva de pesquisadoras, pesquisadores e estudantes da mesma *Rede* no encontro do ABC Paulista efetivou essa relação que cresceu muito significativamente desde então, possibilitando diálogos interculturais que fomentam a geração de novas e inovadoras produções filosóficas entre nós.

Como um dos mais relevantes resultados desta integração temática e filosófica, neste quarto Congresso, realizado na cidade de São Bernardo do Campo, decidiu-se que o encontro seguinte, que ocorreu em 2017, teria lugar fora da universidade. Ele ocorreria em outro espaço, justamente buscando esta maior integração entre a filosofia, propriamente acadêmica e os movimentos sociais, sobretudo por meio de suas

lideranças, dos mestres da cultura popular e das próprias comunidades envolvidas. O quinto Congresso aconteceu na cidade de Valença, Bahia, no Kilombo Tenondé, contando, dentre outras, com a presença da professora Dina Picotti – ela, também, uma das autoras que figuram na primeira geração de criadoras e criadores da filosofia da libertação. Ainda, nesta mesma ocasião, ocorreu pela primeira vez a realização conjunta do Congresso Brasileiro de Filosofia da Libertação, agora em sua quinta edição, e da segunda edição do Encontro Internacional de Filosofia Africana (EIFA), parceria que seria repetida em ocasiões seguintes.

Até o momento em que este ensaio é escrito, a edição mais recente – e conjunta – do CBFL e do EIFA ocorreu em 2019, novamente nas dependências da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, mantendo as mesmas características que já se consolidaram. Houve, então, pontual interrupção da regularidade dos encontros, ocasionada pela pandemia e pelas demandas represadas desde então, o que deve ser corrigido em 2024, com o anúncio da breve realização da sétima edição na cidade de Cuiabá, sob abrigo da Universidade Federal do Mato Grosso. Esse hiato temporal, todavia, impulsionou a consolidação de outra importante entidade que congrega grupos e pessoas interessadas nas temáticas da filosofia da libertação, a saber, a Seção Brasil da Associação de Filosofia e Libertação (AFyL). Trata-se de uma entidade originalmente fundada no México, sob a liderança de Enrique Dussel, que constituiu unidade em diversos países latino-americanos. Em harmonia com a realização regular do Congresso Brasileiro de Filosofia da Libertação e com as atividades do GT Filosofia da Libertação, Latino-americana e Africana, da ANPOF, a AFyL tem se colocado como o espaço permanente de encontro da comunidade interessada, de modo que pesquisadoras, pesquisadores e estudantes possam se manter em permanente contato e interação acadêmica, entre um e outro encontro de porte nacional ou internacional.

### **À guisa de conclusão: características e risco da filosofia da libertação no Brasil**

De toda essa ampla gama de pessoas que se dedicaram e se dedicam à temática, seja ainda no início dos anos 1980, em universidades como a UFRJ ou como a PUCRS, seja nos debates mais atuais realizados nos encontros da ANPOF, no CBFL ou nas atividades constantes da AFyL-Brasil – e daí para uma quantidade muito maior de universidades e institutos –, enumero quatro características que considero como marcas peculiares da filosofia da libertação produzida no Brasil. Ainda, quero apontar o que considero um risco que se impõe atualmente a quem se dedica a pesquisar a temática.

A primeira característica marcante, inegável, é que há uma influência muitíssimo significativa dos autores hispano-americanos pertencentes àquilo que podemos caracterizar como a primeira geração da filosofia da libertação. Expressando de outra maneira, significa que nós, brasileiras e brasileiros, estudamos fortemente as obras de Arturo Andrés Roig, Rodolfo Kusch, Leopoldo Zea, Augusto Salazar Bondy, Dina Picotti, Horacio Cerutti, Enrique Dussel dentre outros. É uma característica da nossa filosofia da libertação: quando nos dispomos a estudar e produzir filosofia, nos debruçamos sobre a obra destes outros autores, no geral oriundos do pensamento hispano-americano. Mesmo ao considerar a filosofia intercultural, que não é propriamente uma vertente da filosofia da libertação, vamos encontrar a ampla presença da obra de Raúl Fornet-Betancourt em nossas pesquisas. Por exclusão, isso significa que não estudamos com frequência as próprias autoras e autores brasileiros, quando nos dedicamos às temáticas latino-americanas – e sobre isso, por ora, não emito juízo de valor; trata-se apenas de uma constatação.

Uma segunda característica bastante evidente é a forte proximidade entre a filosofia da libertação e o campo mais específico da educação. Mais do que outros campos de estudo, inclusive o da teologia (que é bastante comum em alguns outros países), parece que a Educação tem sido escolhida como um espaço privilegiado para se aplicar a filosofia da libertação no Brasil. Eu reputo isso, talvez, a dois ou três elementos. Um deles é o fato de que a formação de muitos e muitas de nós se deu em programas de

pós-graduação em educação e não em programas de pós-graduação em filosofia. Isso porque, conforme já mencionado, por muito tempo a área acadêmica da Filosofia teve postura de resistência à filosofia latino-americana, tendo sido comum a recusa à aceitação de projetos de teses e dissertações envolvendo esta temática. Na medida em que os programas de pós-graduação em filosofia se limitavam ao estudo de autores eurocêntricos, muitas e muitos pesquisadores foram se abrigar em outras áreas para desenvolver seu doutoramento, e destas a educação é uma área preponderante.

Mas certamente não é menos importante a presença marcante da obra de Paulo Freire como um dos elementos que motiva filósofas e filósofos brasileiros a se aproximarem da área de educação. Sua obra teórica e sua dialogia metodológica servem como elemento certo de aproximação, possibilitando, inclusive, a utilização de iniciativas como o Programa Institucional de Iniciação à Docência e o Programa de Residência Pedagógica para o exercício prático de aplicação reflexiva da filosofia da libertação junto a comunidades escolares de educação básica, num movimento que gerou e gera novos conhecimentos dentro do próprio campo teórico da filosofia da libertação.

Uma terceira característica é o fato de realizarmos quase que naturalmente uma bem-vinda con-fusão entre filosofia da libertação com a filosofia intercultural. Se é verdade que em outras partes do mundo existe uma espécie de cisão entre as duas escolas filosóficas, absolutamente não parece o caso do que se pode observar no Brasil. Ao contrário, não é raro se trazer autores de uma corrente quando se está inscrevendo uma produção no campo da outra, e vice-versa, reconhecendo assim o amplo diálogo temático em que as produções teóricas de ambas travam – ainda que nem sempre seus autores preponderantes o façam com a mesma frequência. O mais comum, no Brasil, é que quando se fala em filosofia da libertação, se assuma integralmente os princípios fundantes da filosofia intercultural, assim como também se aplica o mesmo movimento quando se parte da filosofia intercultural como campo teórico do conhecimento, para se abordar problemas da realidade brasileira ou latino-americana em geral. Num movimento mais ousado, posso mesmo afirmar que não vejo distinção entre essas duas escolas no nosso fazer filosófico, e essa é uma especificidade do caso brasileiro.

E, por fim, é notória a força da recente influência que o pensamento africano e africano-brasileiro tem exercido sobre a filosofia da libertação produzida no Brasil. De fato, em muitos dos centros de pesquisa hoje ativos neste campo, já é difícil se conceber produções que não assumam explicitamente que a própria ideia de Brasil é constituída de origens diversas, e que a África representa um papel de amplo destaque nisto. De modo que fazer filosofia da libertação entre nós, fazer filosofia brasileira, assim como pressupõe ter esse diálogo em bases interculturais, pressupõe também ter as matrizes do pensamento africano, da filosofia africana em especial e do pensamento africano como todo, como constitutivos do nosso fazer filosófico. Esse também parece um elemento de constatação, uma realidade que já está dada na maior parte dos centros de pesquisa. Não se isola a filosofia latino-americana da filosofia africana, ainda que esteja claro tratar-se de campos de estudo distinto. Evidentemente que há pesquisas que se dedicam apenas a um ou outro campo, mas não se ignora a presença daquela alteridade.

Por fim, no momento atual em que já é consolidada a área da filosofia da libertação no Brasil, com presença em mais de uma dezena de universidades, o risco que parece rondar pesquisadoras e pesquisadores da área é o de, paradoxalmente, continuarem se limitando a reproduzir e sistematizar aspectos da história da filosofia, exatamente como defendia a escola culturalista que tanto se empenhou em impedir de ser a filosofia da libertação. Ainda que isso enseje uma pesquisa específica, uma avaliação que se faça dos trabalhos produzidos nos últimos anos nos programas de pós-graduação permitirá identificar com frequência um perfil de obra que se caracterize como comentário filosófico. No caso, comentário à obra de Enrique Dussel, de Raúl Fornet-Betancourt, de Leopoldo Zea ou de Dina Picotti. Já não são comentários dos pensadores eurocêntricos, mas são, ainda assim, comentários. Sob perspectiva da filosofia da libertação, é verdade que há alguma vantagem no ato de se comentar filósofos e filósofas que tenham produzido suas respectivas obras permeadas por

realidades que são mais próximas à nossa. São obras produzidas em países marcados pela escravidão, pelo genocídio dos povos originários, pelo sofrimento da exploração econômica imperialista. Mas é preciso ir além. Para que se possa efetivamente praticar a filosofia da libertação, é preciso dar o mesmo passo que essas autoras e autores deram, qual seja, o de produzir filosofia em diálogo com a sociedade, extrapolando os limites da própria leitura acadêmica do texto, sem que isso signifique deixar de sermos acadêmicas e acadêmicos. Para além de se estudar filosofia, urge fazer filosofia – da libertação.

## Referências

CERQUEIRA, L. A. (org.). *Aristotelismo e antiaristotelismo*. Rio de Janeiro: Ed. Ágora da Ilha, 2000.

DUSSEL, Enrique, MENDIETA, Eduardo; BOHÓRQUEZ, Carmen (orgs.). *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "latino" (1300-2000)*. Editora Siglo XXI, México, 2009.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. História da filosofia, formação e compromisso. *Trans/formação* (25) 1, 2002.

MANCE, Euclides. *Filosofia da libertação: histórico, vertentes, críticas e perspectivas*. Editora Conhecer, Passo Fundo, 2022.

OLIVEIRA, Eduardo David de. *Filosofia da ancestralidade*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2021.

PAIM, Antonio. *Os intérpretes da filosofia brasileira*. 2.ed. Londrina: Editora UEL, 1999.

PAIM, Antonio. *Liberdade acadêmica e opção totalitária: um debate memorável*. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

PANSARELLI, D. "A crise na filosofia brasileira contemporânea e suas origens". In: PANSARELLI, D. et all. *Gênero, psicanálise, filosofia latino-americana e pensamento descolonial*. São Paulo: ANPOF, 2019.

PANSARELLI, D. "A originalidade brasileira e nossa filosofia". In: ZAMBAM, N.; PANSARELLI, D. *Democracia, tolerância e direito das culturas na América Latina*. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2017.

PIZA, S.; PANSARELLI, D. "Por uma filosofia da insurgência". In: MAIA, A. *Democracia no século XXI*. São Paulo: ANPOF, 2019.

RATIO STUDIORUM Disponível em:  
<https://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com/2013/02/ratio-studiorum.html> Acesso em: 08/03/2024.

---

Doutor em Educação (USP, 2010)  
Professor do Curso Filosofia (UFABC)  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (UFABC)  
E-mail: [pansarelli@gmail.com](mailto:pansarelli@gmail.com)